

DOIMO, Bruna Baliza dos Santos*

<https://orcid.org/0000-0003-1098-2055>

SILVA, Marcela de Oliveira Santos**

<https://orcid.org/0000-0001-7727-733X>

RESUMO: Com a derrota nas eleições, seguidores de Bolsonaro saíram às ruas em protesto, clamando por intervenção militar. O ponto alto desse evento foi em janeiro de 2023, quando grupos extremistas invadiram prédios do governo federal, convocando um golpe militar com o intuito de minar os alicerces democráticos. Essa tentativa de promover um discurso pró-ditadura nos leva a indagar por que tais indivíduos não parecem compreender as sérias consequências de um estado de exceção. O que motiva essas pessoas a clamarem por intervenção militar, mesmo após terem tido contato com os estudos históricos que exploram esse tema durante seu período de formação escolar? Será que há discordâncias entre o que é dito pela historiografia sobre o tema? O objetivo deste artigo é, a partir da análise de livros didáticos selecionados, buscar entender como esse tema é tratado no material escolar, e se há uma conformidade ou discordância entre esses materiais e a historiografia especializada no tema. Focando em especial na questão das causas, responsáveis e como a memória desse evento.

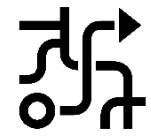
PALAVRAS-CHAVE: Ditadura militar; Livros didáticos; Historiografia

ABSTRACT: With the defeat in the elections, Bolsonaro's followers took to the streets in protest, asking for military intervention. The high point of this event was in January 2023, when extremist groups invaded federal government buildings, calling for a military coup with the aim of undermining the democratic foundations. This attempt to promote a pro-dictatorship discourse leads us to ask why such individuals do not seem to understand the serious consequences of a state of exception. What motivates these people to request for military intervention, even after having had contact with historical studies that explore this theme during their schooling? Are there disagreements between what is said by the historiography on the subject? The aim of this article is, through the analysis of selected textbooks, to seek an understanding of how this topic is addressed in educational materials and whether there is conformity or disagreement between these materials and specialized historiography on the subject. Focusing especially on the issues of causes, responsible parties, and the memory of this event.

KEYWORDS: Military dictatorship; Textbooks; Historiography

* Mestre em História pelo PPHR/UFRRJ. E-mail: bbdoimo@yahoo.com.br

** Doutoranda em História pelo PPHR/UFRRJ, bolsista FAPERJ. E-mail: marcela.oliveir@yahoo.com.br



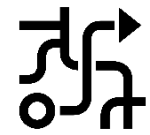
INTRODUÇÃO

No dia oito de janeiro de 2023, na capital federal, um grupo com milhares de radicais invadiu e depredou as sedes dos poderes executivo, legislativo e judiciário federais. Esses extremistas ultrapassaram os limites do direito de manifestação, para pedir, entre outras coisas, um golpe militar para pôr fim ao Estado democrático. Esse foi o evento culminante de um movimento que começou após o resultado do segundo turno das eleições presidenciais, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva. Após a derrota nas eleições, os seguidores do candidato Jair Bolsonaro, insatisfeitos com o resultado, optaram por protestar diante dos quartéis e até mesmo acampar no local, reivindicando uma intervenção militar no processo eleitoral. (MARTINS; CARONE; RODRIGUES; PINHEIRO, 2023) O que, na verdade, deve ser lido como uma intervenção autoritária em um Estado democrático, portanto, a tentativa de um golpe de Estado.

Um dia após a invasão aos prédios públicos em Brasília, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, ordenou que a polícia militar pusesse fim aos acampamentos golpistas e decretou a prisão daqueles que participaram da “ação terrorista” na Praça dos Três Poderes. (MÍDIA NINJA, 2023) Indignados com a ação, manifestantes/criminosos alegaram que estariam vivendo em uma “ditadura”, e pediram por direitos humanos. (VELOSO; VINÍCIUS, 2023) (MADEIRO, 2023)

Essa situação nos chama atenção para a flagrante contradição nos discursos. Fica claro que esses radicais da extrema direita não sabem o quão brutal pode ser um estado ditatorial, que é o que eles estavam, até então, pedindo. Entretanto, o estado brasileiro viveu 21 anos sob uma ditadura militar, marcados por violência, sem respeito a direitos humanos, sem acesso à justiça imparcial, com arbitrariedade política e policial, etc. Tendo isso em vista, surge uma pergunta: como essas pessoas poderiam não saber o que esperar de um estado de exceção? Isso nos leva a outra questão: será que está sendo ensinado nas salas de aula diverge daquilo que foi quase um consenso entre pesquisadores do tema?

Neste artigo, vamos discutir como o tema do golpe civil-militar de 1964, seus culpados, vítimas e, especialmente, a construção da memória sobre esse fato foi abordada pela historiografia, tida hoje em dia como cânone do tema. Nosso objetivo é apresentar os debates de algumas correntes que lidaram com o tema da



responsabilização do golpe, a instauração da ditadura e a memória desse evento histórico.¹

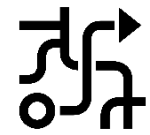
Após isso, faremos uma breve análise de como esse tema é abordado no ambiente escolar atualmente. Buscaremos verificar se há consonância ou dissonância entre os resultados das pesquisas acadêmicas e o que está sendo ensinado em sala de aula. Para tal, tomaremos como fonte de análise os livros didáticos das redes particular, públicas e militares, "História Sociedade & Cidadania" (2018) de Boulos Júnior, "Historiar" (2015) de Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues e "Conquista - Solução Educacional: 9 ano: história" (2023) de Fabiane Miriam Furquim, que tratam dessa matéria. Neste trabalho, analisaremos três obras do nono ano do ensino fundamental, que é, em relação ao currículo escolar, o primeiro momento que os alunos têm acesso a esse conteúdo.

ENSINO DE HISTÓRIA E O LIVRO DIDÁTICO

O processo de aprendizagem é complexo. Ao contrário do que possam pensar alguns, o ensino não é um sistema hierárquico em que o educador decide o conteúdo que deve ser transmitido para os alunos, que o recebem de forma passiva. O currículo escolar é desenvolvido como um "híbrido cultural", no qual se somam saberes científicos e as referências culturais mais amplas de alunos e professores. (RALEJO, A., & MONTEIRO, A. M., 119, p.2020) Partindo dessa concepção, Ralejo e Monteiro concluíram que há "diferentes fluxos de saber e poder mobilizados na produção do conhecimento histórico escolar." (RALEJO, A., & MONTEIRO, A. M., 2020, p.120) Ainda segundo as autoras um dos elementos de maior influência no processo de ensino é o livro didático.

Em 1990, foi instituído o decreto que criava o PNLD (Plano Nacional do Livro Didático). Essa ação buscava adotar critérios de avaliação para a seleção dos materiais didáticos, que seriam comprados e distribuídos pelo governo às escolas

¹Vale o alerta de que, tratar dos embates científicos a respeito desse tema é uma tarefa que para ser executada de forma integral, levando em conta tudo que já foi pesquisado no terreno das ciências sociais, demandaria a escrita de uma coletânea de livros separados por período, correntes interpretativas, dentre tantos outros recortes possíveis. Desse modo, nossa pretensão não é esgotar a questão ou dar conta de discutir todos aqueles que produziram pesquisa no campo. Este capítulo é um recorte de discussões de grande relevância sobre o tema do golpe/regime e a memória sobre a ditadura militar brasileira de 1964.



públicas. (CAIMI, 2017, p. 34) Entre os mecanismos de avaliação adotados a partir da criação do PNLD, Flávia Caimi destaca a

publicação de editais para balizar a avaliação pedagógica; a organização cíclica trienal para cada etapa da escolarização básica (anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental, além do Ensino Médio); a gradativa inserção de componentes curriculares no processo avaliativo; a contratação de universidades públicas para coordenar a avaliação pedagógica das coleções inscritas mediante edital; a definição de critérios de natureza técnica e pedagógica, resguardando não só as especificidades físicas dos livros, mas, sobretudo as formulações metodológicas e conceituais; preocupações crescentes com a supressão de erros, anacronismos, simplificações explicativas, estereótipos; investimentos no combate a preconceitos de diversas naturezas e na incorporação de políticas de ações afirmativas. (CAIMI, 2017, pp.34-35)

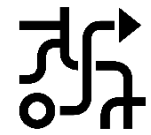
A elaboração do PNLD é de responsabilidade do Ministério da Educação (MEC), que centraliza a função e produz um guia dos títulos recomendados para as escolas públicas de todo Brasil.² A elaboração desse guia é criteriosa e conta com a parceria entre o MEC e diversas universidades.³ Assim, espera-se que os livros didáticos estejam alinhados com a pesquisa e das novas formas metodológicas em História.

Para que essas expectativas fossem refletidas nos livros, foi criado o “Processo de Avaliação dos livros didáticos”, conduzido por uma equipe de professores com o objetivo de elevar a qualidade dos livros ao patamar de excelência. Como resultado foram estabelecidos os “Princípios Gerais” para a construção dessa avaliação, que inclui os “Critérios Eliminatórios e Critérios Classificatórios”. (BEZERRA, 1999. pp. 195-200)

Um ponto central que não pode ser negligenciado quando se trata dos materiais didáticos utilizados no processo de ensino escolar é o uso crescente de Sistemas Apostilados de Ensino (SAE)- as apostilas-, ou os sistemas totalmente digitais, sem material físico. Esses novos modelos estão substituindo os livros

²As práticas didático-pedagógicas nos Colégios Militares não estão subordinadas ao MEC, e sim ao ministério da defesa, mas, como as demais escolas, obedecem à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Já as escolas particulares têm liberdade de escolha e podem adotar linhas pedagógicas diferentes das que orientam a avaliação do ministério da educação. Mas em ambos os casos é comum que uma vez que se opte trabalhar com livros didáticos, como material de apoio, escolham por aqueles que constam na PNLD.

³Em caráter de exemplo, o PNLD 2018, Programa Nacional do Livro Didático, foi organizado em parceria com 11 universidades brasileiras. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/52611-escolas-escolherao-livros-aprovados-pelo-pnld-2018-a-partir-do-dia-21>>. Acesso em 20 de jan. de 2023.



didáticos, especialmente nas escolas particulares. Esses sistemas podem ser definidos como um material padronizado utilizado, em geral, para o ensino. Estes consistem em conteúdos curriculares condensados e organizados em textos, explicações e exercícios. Esses materiais são distribuídos em blocos correspondentes às aulas, bimestres, trimestres ou outros períodos determinados. Atualmente, são compilados a partir de diferentes fontes, incluindo autores variados, informações da internet e fragmentos de livros didáticos. (GARCIA; ADRIÃO, 2010, s/p apud JÚNIOR, 2021, p.78) Além das apostilas, esses sistemas costumam incluir formações pedagógicas complementares e assessoria educacional.⁴

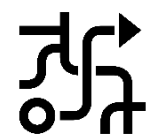
O primeiro ponto a ser esclarecido é que a PNLD é um guia para a compra de livros didáticos pelo MEC, mas as redes, tanto públicas como privadas, possuem autonomia para escolher o material que será utilizado nas escolas. As instituições de ensino têm o direito de optar em receber os livros didáticos distribuídos pela PNLD ou adquirir apostilas, as quais também devem obrigatoriamente ser compradas pelo Município, utilizando a verba destinada à manutenção do Ensino Fundamental. (JÚNIOR, 2021, p.91)

Por entendermos que há variação na formulação e no controle de conteúdo nos diferentes materiais didáticos (livros e apostilas), optamos pelo uso apenas do livro didático.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE O TEMA DO GOLPE E DA DITADURA MILITAR DE 1964

Para compreender as reflexões sobre a ditadura brasileira nos livros didáticos, é necessário entender o processo de produção do conteúdo sobre esse tema. Para isso, devemos nos atentar para os debates realizados no campo das ciências humanas. Já que, como dito, o MEC tem como base para a elaboração do guia dos livros o conhecimento acadêmico atual sobre o tema. Neste tópico, iremos mapear

⁴ Sobre os materiais disponibilizados pelos grupos empresariais educacionais, o aumento do uso desse tipo de material didático, especialmente a partir da municipalização do Ensino Fundamental, em 1996, e a história por trás dos SAEs, ver JUNIOR, Orandes Carlos da Rocha. *Estudo comparado entre as apostilas e os livros didáticos de História do Ensino Fundamental das escolas públicas na região de São Joaquim da Barra/SP (2017-2019)*. 2021. Tese de Doutorado.



como a ditadura é abordada pelos produtores de conhecimento, que formam a base para a criação do livro didático.

A historiografia sobre a ditadura brasileira é abrangente, abordando diversos temas através das análises de historiadores renomados.⁵ Essa escolha foi fundamentada na compreensão de que as teses dos autores selecionados servem como referências para muitos trabalhos subsequentes, independentemente de concordância ou discordância, dada a influência duradoura dessas figuras proeminentes.

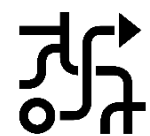
Um grande do tema é o cientista político uruguaio René Dreifuss. Sua tese “1964: A conquista do Estado” foi publicada em 1981, e contava com vasta documentação do IPES (Instituto de Pesquisa e Estudo Social). Nela, o autor defendeu que havia uma coalizão entre diferentes setores da elite brasileira com a participação do capital internacional, o que o autor chamou de “capital multinacional-associado”, que tentavam impor seus interesses sócio-políticos em um projeto de Estado.

Dreifuss investigou a composição de associações, para traçar os interesses que estavam em jogo naquele momento. Para ele, mesmo havendo interesses específicos de cada fração de grupo, ruralistas, empresários nacionais de diversos ramos, empresariado internacional, alto escalão militar, buscava-se uma união visando pôr em prática um plano de ação político coeso. O autor qualifica esse grupo aparentemente heterogêneo como, uma “elite orgânica”. Esta é a conjunção de agentes de mesma base ideológica que se unem estrategicamente a fim de implementar uma ação política classista, voltada para o favorecimento da elite.

O ponto fulcral da análise de Dreifuss foi a compreensão do golpe e da ditadura como sendo civil-militar, dada a participação decisória de agentes civis na tomada do poder. É importante ressaltar que para ele, houve participação da elite civil não só no golpe, mas também na ditadura. O termo civil utilizado por Dreifuss não se refere à sociedade civil como um todo, mas sim, a essa elite orgânica.

O cientista uruguaio não é o único a propor um sentido de classe por trás do golpe. Segundo Marcelo Badaró, essa interpretação era predominante entre aqueles

⁵ Chamamos aqui em historiografia sobre o tema, mas devemos ressaltar que muitas obras de destaque que foram usadas aqui e foram amplamente discutidas por historiadores, foram produzidas em outros campos como na ciência política.

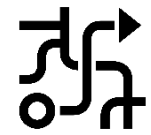


que estudaram o tema entre 1960 e 1980. Há análises que relacionam as crises políticas e econômicas, a partir de dois fatores: a crise do novo modelo econômico, iniciado no período JK, que exigia um controle pelo Estado dos salários, e maior abertura ao capital estrangeiro; e a crise do populismo, onde o pacto social que garantia às massas um acesso limitado a ganhos políticos e sociais.

Há pesquisas que puseram de lado a questão econômica por trás do golpe, e no lugar da classificação classista, estas propuseram que a disputa fosse lida pela dicotomia “esquerda” e “direita”. Essa corrente ganhou força a partir dos anos 90, com a pesquisa do grupo CPDOC, que busca a visão dos militares sobre o golpe. Esse estudo propôs uma mudança de foco das crises econômicas, para as motivações militares, o que resultou no livro “Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964”, de Gláucio Ary Soares e Maria Celina D’Araujo. (D’ARAUJO; SOARES, 1994) Nele, os autores se propõem a uma revisão da história sobre o golpe e a ditadura a partir do prisma dos militares.

Essa metodologia vai ser duramente criticada. Caio Navarro de Toledo, um dos precursores dos estudos sobre o golpe de 1964 e um dos primeiros a revisar os estudos sobre o tema, chamou atenção para essa mudança de perspectiva no seu artigo intitulado “1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo”. (TOLEDO, 2004) O autor classifica como revisionistas as teorias que afirmam que todos os agentes políticos (à direita e à esquerda) em 64 estavam “comprometidos com o golpe”, por não serem suficientemente comprometidos com a democracia.

Jorge Ferreira é outro autor que será taxado de revisionista.. Em seu livro “O tempo da experiência democrática”, propõe uma análise que difere das de viés estruturalistas, que explicam o golpe a partir de fatores econômicos, como resultado de uma crise do capital.". Também se opõe àquelas teorias personalistas, que entendem que as ações individuais levaram ao golpe de Estado.O autor ainda se distingue da interpretação que entende o golpe como uma “grande conspiração”, que envolve capital multinacional e governos de outros países. Para essa corrente, o “culpado” do golpe teria sido o Outro, o “estrangeiro”. A teoria de Ferreira é que no período que antecedeu o golpe a esquerda buscava a realização de reformas a qualquer custo, inclusive por vias não democráticas. O autor rebate as teorias que personalizam na figura de Brizola a causa do desgaste político de Jango. E afirma que Brizola apenas representava o que era a esquerda do período, “se ele era radical,



sectário, intolerante, fazia pregações revolucionárias e defendia a ruptura institucional, era porque as esquerdas eram igualmente radicais, sectárias, intolerantes, pregavam a revolução e defendiam a ruptura institucional. (FERREIRA, 2003, p.356)

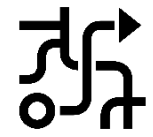
Outros autores pensaram sobre uma “complexa trama de engenharia política” que estava por trás do golpe. É o caso de Marco Napolitano, que vai afirmar que a crise política no fim de 1963 ajudou a agravar uma conspiração contra o presidente e contra o “trabalhismo”, que estava pautada no anticomunismo. Mas Napolitano vai contra a tese sugerida por Ferreira. Segundo ele, “o golpe foi muito mais do que mero produto de uma conjuntura de crise política.” (NAPOLITANO, 2014, p.67) Nesse sentido, a responsabilidade não é só da incapacidade da negociação entre radicais da esquerda e da direita. Da mesma forma que não foi total responsabilidade da esquerda que “preparou o cenário para o golpe”.

Aprofundando nesse debate, podemos abordar a questão da denominação dada ao golpe.⁶ Segundo Marcelo Ridenti, o uso do termo “ditadura civil-militar” pelos autores Aarão Reis, Jorge Ferreira e Denise Rollemberg é feito de forma indiscriminada. Isso acaba por generalizar esse aceite social à ditadura, como se toda a sociedade clamasse pelo golpe e apoiasse a ditadura. (RENDETI, 2016, p.5) Segundo Bezerra, ao fazerem isso, esses autores chegam a pensar em termos de uma “cumplicidade da sociedade brasileira”. (BEZERRA, 2014, p.168)

Há autores que propõem uma visão “híbrida”, como é o caso, segundo Ridenti, de Fico e Napolitano. Fico entende que dado ao suporte e incentivo civil o golpe foi civil-militar, todavia, a ditadura que se seguiu foi somente com a participação de militares. Já para Napolitano, os processos que levaram ao golpe e o que instaurou a ditadura estão conectados, mas são relativamente autônomos, então importa menos o termo a ser utilizado, e mais a forma como os pesquisadores retratam a relação da sociedade com o golpe e o governo.

Outra hipótese apontada tanto por Napolitano, como por Fico é que aqueles que apoiavam o golpe não previram a ditadura que se seguiria, e não tinham esse

⁶ O uso do termo apenas “militar” para se referir ao golpe não mais comum na historiografia mais recente. Mas entre os seus defensores, podemos apontar Alfred Stepan (1971) e Gaspari (2002). Ridenti, em um artigo sobre tema, traz um dado levantado por Martins Filho (2014), que mostra que “‘civil-militar’ para qualificar a ditadura foi usado apenas dezoito vezes antes de 2000, mas aumentou para 291 entre 2001 e 2008, e atingiu 1.059 entre 2009 e 2012.” RIDENTI, 2016, p.6



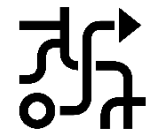
modelo como pretensão. Fico ao apresentar os setores de apoio ao golpe, a classe média, imprensa, igreja e o governo norte-americano, e toda estratégia política que vinham acontecendo antes mesmo de Goulart renunciar, o autor mostra que, segundo sua análise, o golpe só foi possível por uma soma de fatores.

A cronologia também é ponto de disputa entre pesquisadores. Para Marco Antônio Villa, a ditadura não durou 21 anos, pois o período que antecede o AI-5, em 1968, não poderia ser considerado uma ditadura, dada “toda a movimentação político-cultural que havia no país”, além disso, o Congresso Nacional, as Assembléias Legislativas, e a Câmara dos Vereadores se mantiveram abertas. (VILLA, 2014, p.09) O autor ressalta que havia “liberdade” de imprensa, e de manifestações culturais. Segundo ele, também não pode ser visto como ditadura o período de 1979 a 1985, período em que é aprovada a Lei de Anistia, ocorrem eleições para os governos estaduais, e houve ainda o movimento de massas pelas diretas. Para o autor, pode-se considerar então que a ditadura durou 10 anos.

Villa não é o único a defender que o governo ditatorial durou menos tempo. Daniel Aarão Reis propõe uma cronologia diferente, e estima que a ditadura perdurou por 15 anos. Isso porque, para o historiador, o período em que começa a “transição democrática”, em que se suspendem os Atos Institucionais, em 1979, não se pode mais falar em ditadura, mesmo que também ainda não seja uma democracia. (AARÃO, 2014, p.125)

Segundo Fico, todos os argumentos usados por Vila são “discutíveis”, pois houve “tremendas restrições ao funcionamento do Congresso Nacional (inclusive o seu fechamento) e das outras casas legislativas, gravíssimas limitações no tocante às eleições, censura da imprensa, do teatro, do cinema e dos livros, além de repressão brutal contra o movimento estudantil.” (FICO, 2015, p.54) Para o autor, tanto a tese de Vila, como a de Aarão pecam pela falta de evidências empíricas e são contaminadas por forte inclinação política. Independentemente dessas questões, o que torna, para Fico, indiscutível a definição como ditadura do governo em 1964 é a concessão de poderes plenos ao Executivo, instituído no AI-2.

Outro tema central tema de discussão entre autores sobre o período é a memória que se formou a respeito. Segundo Aarão, é comum nas sociedades quando se muda a geração, a atual rejeita taxativamente a ação da anterior. A sociedade se questiona como aceitou um regime tão brutal, e como, permitiu uma mudança gradual



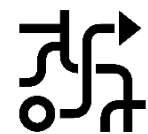
ao invés de uma expulsão das forças militares do poder. Por isso, a sociedade preferiu valorizar mais as “versões [das] memórias apaziguadoras”. (AARÃO, 2014, p.08)

Denise Rollemberg discute exatamente o tema da memória social do período. A autora afirma que o esquecimento foi fundamental para o processo de redemocratização. Esse esquecimento era, sobretudo, da sociedade, que não queria se lembrar da “cumplicidade, a omissão, os compromissos, a colaboração, e o apoio dado ao governo.” (ROLLEMBERG, 2006, p.88) Segundo ela, essa memória é corroborada pela esquerda, que passa a ideia de que os militares só se mantiveram no poder, pelo uso da força e manipulação da massa, exercidos através dos meios de comunicação.

Napolitano afirma que o “esquecimento e rememoração [são] seletivas”. Essas ações são parte do processo de construção da memória social, e, portanto, não se trata de um “cinismo dos atores políticos”. (NAPOLITANO, 2015, p.20) Essa produção de memória não foi só na sociedade brasileira, mas em outros países na América Latina que viveram ditaduras. Com exceção da Argentina, todas passaram por um processo gradual de redemocratização, processo esse que precisou ser negociado com o regime ditatorial. Durante os regimes não houve a separação total entre governo e sociedade, bem como após seu fim não houve um desmantelamento das instituições autoritárias, nem mesmo uma renovação das elites políticas. (NAPOLITANO, 2015, pp.13-14)

Daniel Aarão propõe uma análise crítica da “batalha das memórias” sobre o tema da “gênese e a consolidação da ditadura militar”. Para o autor, uma vez que se já não havia mais “embate, no campo da luta, iniciaram-se imediatamente as batalhas da memória.” (AARÃO, 2004, p.39) A direita enquanto esteve no poder lutou para preservar a ideia de um golpe salvador, contra o perigo do comunismo, em defesa da sociedade cristã, pela ordem e contra a corrupção. E essa noção perdurou por um tempo.⁷

⁷Aarão defende que o regime passou por alguns momentos de rejeição e outros de aceitação popular. A rejeição foi acompanhada da paulatina perda de legitimidade, que estava ancorada na crise econômica, fruto da rígida política monetária, e na crise política, resultado da dificuldade em gerir os múltiplos interesses por trás da base de apoio do governo. Sendo o momento de maior aceitação durante o período do milagre econômico, quando Médici era até aplaudido. AARÃO, 2004, p. 41-42.



Nas memórias da esquerda, segundo o autor, o radicalismo desapareceu, bem como as ofensivas pelas reformas de base e reformismo revolucionário. Nesse cenário, as esquerdas⁸ e Goulart haviam sido retratados como vítimas “bem-intencionadas” de uma direita golpista, que manipulou a população através do medo. Também afirmavam que nunca houve um projeto de golpe da esquerda, tudo que havia eram falas inflamadas de lideranças “esquerdistas desavisadas.” (AARÃO, 2004, p.40) Nesse prisma, a sociedade foi retratada como resistente, e a luta revolucionária aparece como uma resposta ao endurecimento do governo, que acabou com todas as formas institucionais de conciliação. (AARÃO, 2014, 08) Foi essa memória que predominou nos anos 80, no período da redemocratização. Assim, Aarão conclui que as esquerdas foram derrotadas no campo social e político, mas foram vitoriosas na “batalha das memórias”.

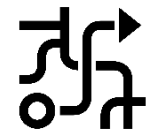
Napolitano, como Aarão e Rollemberg, também vão defender que há uma memória hegemônica consolidada, que é crítica ao golpe e ao regime. Todavia, para Napolitano, essa foi “mutável” ao longo do tempo. Uma das questões que tornava a memória sobre o fenômeno “errática e fragmentada” era divisão não só entre esquerda e direita, mas dentro de cada uma delas. (NAPOLITANO, 2011, pp.315)

Napolitano chama atenção para uma questão chave, dizer que a memória culpabiliza os militares, suas ações e seu regime é dizer que

a memória progressista e democrática de esquerda triunfou no Brasil? Se isto for verdade, por que o Brasil não é hoje, efetivamente, uma sociedade democrática e campeã dos direitos civis negados pelo autoritarismo daqueles tempos duros? Há alguma armadilha oculta neste aparente triunfo da memória hegemônica crítica ao regime militar e seus valores? [...] falar em triunfo simbólico de uma memória crítica ao regime militar, não significa dizer que a democracia ou os valores de esquerda triunfaram plenamente na reorganização do Estado e das relações sociais. (NAPOLITANO, 2015, pp.17-18)

O autor afirma que memória consolidada não é só dos vencidos, é na verdade, resultado de uma complexa construção feita pela esquerda e por “setores liberais”,

⁸O autor argumenta que a esquerda estava dividida em duas linhas. Uma era mais moderada que lutava pela redemocratização a partir de lideranças que até o AI-5 podiam se manifestar politicamente. Após o ato, estas sumiram do cenário político, só reaparecendo em 1974. A outra corrente era mais radical, que propunha a luta contra a ditadura através de insurreições de massa e da luta armada. Estes divergem também quanto à causa do golpe. Enquanto os mais moderados lamentavam o excesso da esquerda, que foi o que deu mais força para direita. Já os radicais acreditavam que faltou mais ímpeto da esquerda para o enfrentamento quando este se fez necessário. AARÃO, 2004, p.43-44



que em 1964 apoiaram o golpe e conseguiram apagar da memória seu papel nele.⁹ Assim, para ele, trata-se de “uma memória cheia de armadilhas que selecionou elementos e identidades políticas entre estes vencidos”.(NAPOLITANO, 2015, pp.19-20)

LIVROS DIDÁTICOS E SUAS REPRESENTAÇÕES DA DITADURA BRASILEIRA

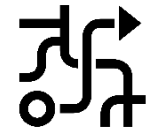
Este tópico tem como fio condutor as análises dos livros didáticos. Buscaremos compreender como os debates no campo das Ciências sociais sobre a ditadura e o Golpe de 1964 foram materializados em um dos principais instrumentos que auxiliam o Ensino de História: o livro didático.

Utilizamos como critérios de seleção materiais que abrangem os três espectros formativos: público, privado e militar. Para isso, escolhemos os livros didáticos *História sociedade & cidadania* (escola pública), *Conquista- Solução Educacional* (escola particular) e *Historiar* (escola militar).¹⁰

Mas antes de iniciarmos a análise, é necessário delimitarmos o que entendemos aqui como representação. Segundo Roger Chartier, as representações do mundo social são moldadas por esquemas intelectuais que orientam os interesses individuais ao dar forma a essas representações. Nesse sentido, é imperativo considerar a relação entre os discursos e a posição daqueles que os expressam. Os discursos que contribuem para a nossa percepção do mundo não buscam a neutralidade; pelo contrário, eles estruturam estratégias e práticas que muitas vezes buscam estabelecer autoridade, legitimar e justificar escolhas e comportamentos. As representações funcionam como alicerce tanto para o discurso quanto para práticas diversas, desempenhando um papel fundamental na construção do mundo social, “[...] e como tal a definição contraditória das identidades – tanto dos outros como a sua”. (CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações* de Lisboa: Difel, 1990, pp.16 – 23).

⁹ Esses setores, segundo o autor, já não apoiavam mais o governo, mais expressivamente a partir de meados de 1970, e começaram a criticar abertamente “censura à livre expressão, o arbítrio discricionário no campo legal e o estatismo (na economia).” NAPOLITANO, 2015, p.17

¹⁰Os livros selecionados foram usados no ano de 2022 nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, como já dito, nas redes pública e privada. Esses materiais nos foram gentilmente cedidos pelos professores de história desses colégios. Da rede pública contamos com o material usado no município de Vitória, ES; da rede particular o livro usado no município de Muriqui, RJ; e do ensino militar o material também é usado na escola militar do Rio de Janeiro.



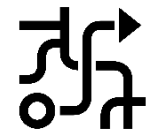
O livro História sociedade & cidadania (BOULOS JÚNIOR, 2018) aborda o tema da ditadura em dois momentos: as bases que permitiram a implementação do golpe e a ditadura que foi instaurada de 1964 a 1985. O tema começa a ser abordado a partir da renúncia de Jânio Quadros. Para os historiadores, a renúncia de Jânio Quadros foi uma tentativa de golpe. Visto que, Quadros “apostava que seria reconduzido ao poder nos braços do povo e teria poderes para governar sem dar satisfações ao Congresso”. (BOULOS JÚNIOR, 2018, pp.187)

Três páginas são dedicadas a abordar a presidência de João Goulart. Nessas páginas, os alunos são introduzidos ao governo por meio de três temas-chaves: a dificuldade de Goulart em assumir o poder; a tentativa de implementar a Reforma de Base; e, por fim, as duas manifestações contra e a favor da reforma (respectivamente, comício pelas Reformas de Base em frente à estação da Central do Brasil e a Marcha da Família com Deus pela Liberdade). Neste contexto, a narrativa é estruturada a partir da polarização, isto é, como a sociedade daquele período estava dividida basicamente em dois grupos.

No grupo 1, segundo o livro, estavam os que eram contrários ao governo e a qualquer medida tomada por ele: grandes empresários; parte do alto clero e dos oficiais das Forças Armadas; grandes jornais, como O Estado de S. Paulo e a Tribuna da Imprensa (de Carlos Lacerda); e organizações como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), ambos mantidos com o dinheiro de empresários brasileiros e estadunidenses.

Ainda segundo a obra, no grupo 2 os indivíduos estavam favoráveis ao governo: os movimentos sociais organizados, entre eles, o meio estudantil, destacando-se a União Nacional dos Estudantes (UNE); no meio católico, as organizações mais importantes eram a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC); entre os trabalhadores urbanos, sobressaiu o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), no campo, destacaram-se as Ligas Camponesas.

De acordo com o livro, essas divergências no espectro político convergiram para a concretização do golpe que deu início à ditadura no Brasil em 1964. No tópico *O golpe civil-militar de 1964*, de forma bastante sucinta, informa-se que uma semana depois da marcha realizada em São Paulo, um grupo de fuzileiros navais designados para prender marinheiros que estavam promovendo uma manifestação no Sindicato



dos Metalúrgicos (RJ), solidarizou-se com os manifestantes. Apesar de o governo Goulart ter conseguido controlar a rebelião, não houve punição para os militares. Essa atitude fez com que os oficiais das Forças Armadas considerassem isso um incentivo à desordem e à falta de hierarquia militar.

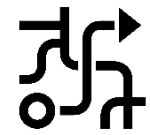
Em 31 de março de 1964, tropas do general Olímpio Mourão Filho, com o apoio do comandante do II Exército e de alguns governadores civis, iniciaram o golpe que pôs fim ao governo de João Goulart. Portanto, civis e militares, juntos, deflagraram o golpe. Ao abordar o período ditatorial, os alunos são principalmente expostos ao caráter ilegal e violento que marcou o Brasil ao longo de 21 anos. O livro dá destaque especial aos movimentos de resistência que surgiram durante esse período.

No livro escrito por Boulos, o golpe e a ditadura brasileira são compreendidos como uma reação que estava sendo gestada desde a possibilidade de Goulart assumir o poder. Isso ocorreu especialmente após a tentativa de empreender a Reforma de base, momento em que as oposições se radicalizaram, alegando que Goulart havia perdido a autoridade e o acusando de ser cúmplice do comunismo internacional.

Podemos perceber que dois eixos explicativos do campo das Ciências Sociais guiam a narrativa do livro didático ao abordar o tema do golpe e da ditadura: a união da elite política que se posicionava como o escudo contra o comunismo e compreensão que o golpe foi planejado tanto por militares quanto por civis. Tanto que, citando o livro: “Segundo historiadores especializados no assunto, não foram apenas os militares, mas também os civis, que deram o golpe de 1964. [...] Por isso, os historiadores não usam mais a expressão ‘golpe militar’, mas sim, ‘golpe civil-militar’”. (BOULOS JÚNIOR, 2018, p.190)

O segundo livro *Historiar*, de Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues, possui como elemento central duas afirmações: 1) a ditadura no Brasil estende-se de 1964 a 1985. 2) apesar do regime ter sido majoritariamente liderado por militares, a sua instauração contou com um sólido apoio de setores da sociedade civil.

O capítulo “Ditadura Militar” tem como base a questão que, como vimos, permeia os debates dos acadêmicos: foi uma ditadura militar ou uma ditadura civil-militar. Segundo a narrativa, em 1º de abril de 1964, os militares realizaram um golpe e destituíram o presidente João Goulart do poder. Durante o regime, a presidência foi



ocupada por cinco generais das Forças Armadas; no entanto, seus governos contaram com a participação e o apoio de grupos civis.

Dois temas têm maior destaque no capítulo: a violência do regime e o modelo econômico adotado. Em relação à violência, os autores destacaram a limitação imposta pelos militares ao funcionamento das instituições de direito, a instauração de medidas de censura, a eliminação dos opositores políticos, a proibição das eleições e as perseguições contra os movimentos de resistência. Quanto à economia, os alunos são apresentados ao modelo desenvolvido durante a ditadura, no qual houve a modernização da economia, resultando em um crescimento considerável.

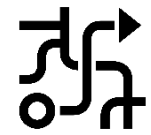
Todo o desenvolvimento do capítulo é entrelaçado pelas reflexões sobre a participação civil, não apenas no golpe, mas também, nos atos que permitiram a consolidação do regime ditatorial, e posteriormente, na abertura política pós 1985. Podemos perceber a estratégia de mostrar que os "benefícios" gerados pela ditadura eram direcionados para grupos específicos. Por exemplo, a modernização da economia concentrou renda nas classes altas e médias. Logo, a classe mais baixa, os pobres, permaneceu excluída da distribuição de riquezas.

Não muito diferente dos demais, o livro se insere no debate historiográfico cujo objetivo é delimitar a natureza do regime militar brasileiro. Podemos depreender isso quando os autores utilizam o próprio campo historiográfico como argumento para definir o período.

Abandonando o nacionalismo reformista que marcou o último governo de Getúlio Vargas e o de João Goulart, os militares adotaram um modelo de desenvolvimento baseado na aliança de três grupos: a burocracia militar e civil; grandes empresários nacionais e grandes empresários estrangeiros. Em razão dessa aliança, o período é chamado por **alguns historiadores** de ditadura civil-militar. (COTRIM, 2015, p. 208.) (grifo nosso)

Portanto, para os autores, tanto o golpe, quanto o regime derivado dele foram orquestrados pelos dois espectros da sociedade: o militar e o civil.

O livro Conquista- Solução Educacional: 9 ano: história, de Fabiane Miriam Furquim, no capítulo intitulado "Brasil: Golpe e Ditadura Civil e Militar" explora de maneira abrangente uma série de aspectos cruciais relacionados a esse período histórico. O capítulo é estruturado em torno de cinco pilares fundamentais: golpe civil e militar; o governo de Castelo Branco e Costa e Silva; o governo de Emílio Garrastazu



Médici; a abertura política com os governos de Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo; as questões indígenas, afro-brasileira e quilombola durante o regime.

Ao explorar de forma específica a temática do golpe civil-militar, a autora também estabeleceu um contexto comparativo com outros países. Conforme delineado, ao longo do século XX, diversos governos autoritários surgiram e conquistaram o poder ao suprimir a dissidência através da repressão social. Anos mais tarde, esse fenômeno encontrou eco no Brasil, quando o país foi regido por um governo militar que elaborou medidas de cunho autoritário, as quais suscitaram resistência por parte de uma parcela da população.

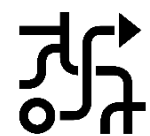
No tópico somos apresentados a complexidade do golpe ocorrido no país, que resultou na instauração de um regime ditatorial. Esse processo envolveu tanto atores civis, quanto militares, delineando um cenário político de profundas transformações. Nas palavras da autora,

Como o episódio contou com o apoio de parte da população, empresários, religiosos, setores da imprensa, elites sociais e líderes políticos, é chamado de Golpe Civil-Militar, pois não envolveu apenas as Forças Armadas. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade em 1964 já apontava para o amplo apoio civil a uma possível intervenção. (FURQUIM, 2023, p. 42)

Existe uma caixa explicativa que atua como uma adição informativa, buscando esclarecer se a ascensão dos militares ao poder pode ser caracterizada como um golpe ou uma revolução. A caixa apresenta as definições de golpe e revolução, de acordo com o Dicionário dos Conceitos Históricos. Segundo essa fonte, denota-se que o termo "revolução" não se aplica ao evento de 1964 no Brasil, que resultou na tomada de poder por parte dos militares, sendo desta forma correto afirmar que se tratou de um golpe.

Após a instauração do golpe, o período de 1964 a 1985 é invariavelmente compreendido como uma época de ditadura militar. Tanto é assim que a análise é conduzida de maneira centrada nas personalidades, apresentando-nos os líderes militares que ocuparam a presidência do Brasil. Os governos de Castelo Branco, Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo são minuciosamente examinados quanto aos seus mandatos e à maneira como suas administrações influenciaram a dinâmica do país.

Explora-se em profundidade como as políticas adotadas por esses líderes moldaram o panorama nacional durante os seus respectivos períodos de governo,



concentrando-se principalmente nas medidas que visavam restringir os direitos civis da população. Em todo o percurso, enfatiza-se consistentemente a natureza violenta e opressiva que impregnou o país, evidenciando os aspectos de censura que se espalharam por todo o território nacional.

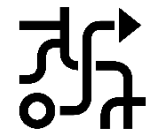
Em contraste, mereceu especial atenção a temática indígena, afro-brasileira e quilombola no decorrer do Regime, a autora examinou a complexidade das questões étnicas e raciais dentro do contexto ditatorial. Investigam-se as maneiras pelas quais os grupos indígenas, afro-brasileiros e quilombolas enfrentaram desafios e empreenderam lutas pelos seus direitos em meio a um período de restrições políticas.

O capítulo tem início ao situar os alunos em um contexto mais abrangente, estabelecendo uma comparação entre a trajetória brasileira e a de outras nações latino-americanas durante o período da Guerra Fria. Essa abordagem comparativa demonstra como, ao longo das décadas de 1960 a 1980, o Brasil se viu imerso em um regime de ditadura militar, cujo início se deu por meio de um golpe engendrado por figuras militares e civis.

Os três livros didáticos analisados abordam o tema da ditadura e o Golpe de 1964 no Brasil, cada um com suas perspectivas e enfoques. Em "História Sociedade & Cidadania" de Boulos Júnior discute a ditadura brasileira em dois momentos: as bases que permitiram o golpe e a ditadura de 1964 a 1985. Ao explorar a renúncia de Jânio Quadros como um momento chave que levou ao golpe, apresenta a polarização na sociedade brasileira da época, dividindo-a em grupos que apoiaram e se opuseram ao governo de João Goulart. Boulos destaca que historiadores argumentam que o golpe não foi apenas militar, mas também envolveu civis, por isso, o chama de "golpe civil-militar".

Em "Historiar" de Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues aborda a ditadura de 1964 a 1985 e questiona se foi uma ditadura civil-militar ou apenas militar. Os autores destacaram a participação de civis no apoio ao golpe e na consolidação do regime, enfatizando que a violência do regime e as transformações econômicas que ocorreram durante esse período, concentrando a riqueza nas classes mais altas.

Já "Conquista - Solução Educacional: 9 ano: história" de Fabiane Miriam Furquim, ao estruturar o capítulo sobre a ditadura e o golpe em cinco pilares: golpe civil e militar, governos de Castelo Branco e Costa e Silva, governo de Emílio Garrastazu Médici, abertura política com Geisel e Figueiredo, questões indígenas,



afro-brasileiras e quilombolas, buscou explorar a complexidade do golpe, destacando o apoio de civis, empresários, religiosos e líderes políticos, chamando-o de "Golpe Civil-Militar".

Em resumo, os três livros didáticos exploram a ditadura militar brasileira de diferentes maneiras, mas todos reconhecem a participação tanto de militares quanto de civis na instauração do golpe de 1964. Assim podemos entender que essa tese sugerida por Dreifuss, e aceita de forma predominante nas análises sobre o tema, consolidaram esse entendimento sobre o tema. No entanto, em relação à manutenção desse período autoritário da história brasileira, o livro *Conquista- Solução Educacional*, dentre os três, foi o único a definir o período de 1964 a 1985 como uma ditadura exclusivamente militar.

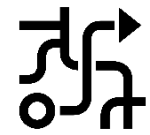
CONCLUSÃO

Embora a ditadura brasileira tenha sido ampla e exaustivamente discutida pela historiografia, ao nos deparamos com cartazes em manifestações pedindo por "intervenção militar", percebemos que esse tema ainda não está tão bem esclarecido como os pesquisadores das ciências sociais imaginavam.

Mesmo não sendo possível falar de unanimidade, por algum tempo após a redemocratização, havia no campo acadêmico a percepção de que os militares teriam se "perdido" na "batalha das memórias". Em outras palavras, entre aqueles que argumentavam a favor do regime e aqueles que eram opositores, foi o discurso destes últimos que prevaleceu. A história do golpe e da ditadura carregava uma carga muito negativa, com culpados e erros sendo apontados indiscutivelmente e, sobretudo, era sinalizado como um período trágico da história do nosso país, marcado por repressão, tortura e arbítrio.

O crescimento da extrema direita no país nos chama atenção para temas que pareciam estar "resolvidos", que, na verdade, ainda são palco para a batalha de narrativas.

Como observado na análise dos livros didáticos, há uma convergência em definir o golpe de 1964 como resultado de uma conjunção de apoio entre os setores civis e militares. Entretanto, quando se analisa o regime subsequente, surgem interpretações diversas. Enquanto certos estudiosos, como os autores de "Historiar", caracterizam a ditadura como uma colaboração entre as esferas militares e civis,



outros, exemplificados pelos escritores de "História, Sociedade & Cidadania" e "Conquista - Solução Educacional" definem o regime como predominantemente como uma ditadura militar. Apesar das perspectivas contrastantes, todas destacam a natureza violenta do regime e a repressão dos direitos civis que a ele se associaram.

Por fim, podemos constatar que a narrativa presente nos livros didáticos converge com os debates dentro do campo das ciências sociais. No entanto, apesar de a ditadura ser compreendida em ambos como uma mancha na história do país, não é difícil de afirmar que há uma distorção ou reapropriação desse conhecimento, a ponto de existirem manifestações a favor da volta da ditadura.

REFERÊNCIAS

Assessoria de Comunicação Social, Escolha dos livros aprovados pelo PNLD 2018 começa dia 21, *Portal MEC*, 15/08/2017. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/52611-escolas-escolherao-livros-aprovados-pelo-pnld-2018-a-partir-do-dia-21>>. Acesso em 20 de jan. de 2023.

AARÃO REIS, Daniel. Ditadura no Brasil: Uma incômoda e contraditória memória. *In: Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1985*. Zahar, 2014.

_____. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. *In: O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*, REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). Bauru: Edusc, 2004.

BEZERRA, Holien Gonçalves. O processo de avaliação de livros didáticos – História. *In: NODARI, Eunice; PEDIO, Joana M.; LOBOI, Zilda M. Gricoli. História: Fronteiras*. pp. 195-200. ANPUH, 1999.

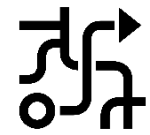
CAIMI, Flávia Eloisa. O livro didático de história e suas imperfeições: repercussões do PNLD após 20 anos. *Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas*, v. 1, p. 23-45, 2017.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964*, Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1994.

DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Vozes, 2006.

FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. *In: O Tempo da Experiência Democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Jorge Ferreira e Lucia Neves Delgado, (org), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. *O golpe de 64: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV, 2015



JUNIOR, Orandes Carlos da Rocha. *Estudo comparado entre as apostilas e os livros didáticos de História do Ensino Fundamental das escolas públicas na região de São Joaquim da Barra/SP (2017-2019)*. 2021. Tese de Doutorado.

MADEIRO, Carlos, Presos no DF pedem direitos humanos e acusam Exército no Twitter: 'covarde', *Uol*, 10/01/2023. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2023/01/10/presos-no-df-pedem-direitos-humanos-e-acusam-exercito-no-twitter-covarde.htm>>. Acesso em 20 de jan. 2023.

MELO, Demian Bezerra. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Demian Bezerra, (Org). Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MARTINS, Jonatas; CARONE, Carlos; RODRIGUES, Marcus; PINHEIRO, Mirelle, Vídeo. Em ginásio da PF, bolsonaristas presos denunciam falta de alimentação, *Metrópoles*, 09/01/2023. Disponível em <<https://www.metropoles.com/distrito-federal/na-mira/em-ginasio-da-pf-bolsonaristas-presos-denunciam-falta-de-alimentacao>>. Acesso em 20 de jan. 2023.

NINJA, Após 70 dias, chega ao fim acampamentos bolsonaristas em frente aos quartéis, *Mídia Ninja*, 09/01/2023. Disponível em <https://midianinja.org/news/apos-70-dias-chega-ao-fim-acampamentos-bolsonaristas-em-frente-aos-quarteis/>. Acesso em 20 de jan. 2023.

Livros didáticos: autoria em questão. *Escritas do Tempo*, v. 2, n. 5, p. 117-134, 30 out. 2020.

RIDENTI, Marcelo. The Debate over Military (or Civilian-Military?) Dictatorship in Brazil in Historiographical Context. *Bulletin of Latin American Research*, 2016.

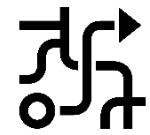
ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das Memórias. In: *O Golpe de 1964 e o Regime Militar: novas perspectivas*. João Martins Filho (org.), São Carlos: EdUFSCar, 2006,

TOLEDO, Caio Navarro de. Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, n. 19, p. 27-48, 2004.

VELOSO, Natália; VINÍCIUS, Caio, PM desocupa acampamento em Brasília; 1.200 são levados à PF, *Poder 360*, 09/01/2023. Disponível em <<https://www.poder360.com.br/brasil/pm-faz-operacao-para-desocupar-acampamento-no-qg-do-exercito/>>

VILLA, Marco Antonio. *Ditadura à brasileira- 1964-1985: a democracia golpeada à esquerda e à direita*. São Paulo: Leya, 2014

FONTES



BOULOS JÚNIOR, ALFREDO. *História sociedade & cidadania: 9o ano: ensino fundamental: anos finais*, 4. ed. — São Paulo: FTD, 2018.

COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. *Historiar*, 2 ed. — São Paulo: Saraiva, 2015.

FURQUIM, Fabiane Miriam, *Conquista- Solução Educacional: 9 ano: história*, 2 ed., Curitiba: Cia Bras Educação e Sistema de Ensino, 2023.

Recebido em 27/08/2023

Aprovado em 05/12/2023